

Economia

ROYALTIES DO PRÉ-SAL

“Nova divisão pode quebrar prefeituras”

JULIA TERAYAMA — 02/04/2009

É o que diz o presidente da Associação dos Municípios do Espírito Santo, Gilson Amaro. Presidente Kennedy é o mais prejudicado

Fernando Mendes

A nova mudança na divisão dos royalties de petróleo aprovada ontem pelo Senado pode quebrar alguns municípios capixabas. Em cidades como Presidente Kennedy, por exemplo, o repasse representa 76,4% na receita corrente da prefeitura.

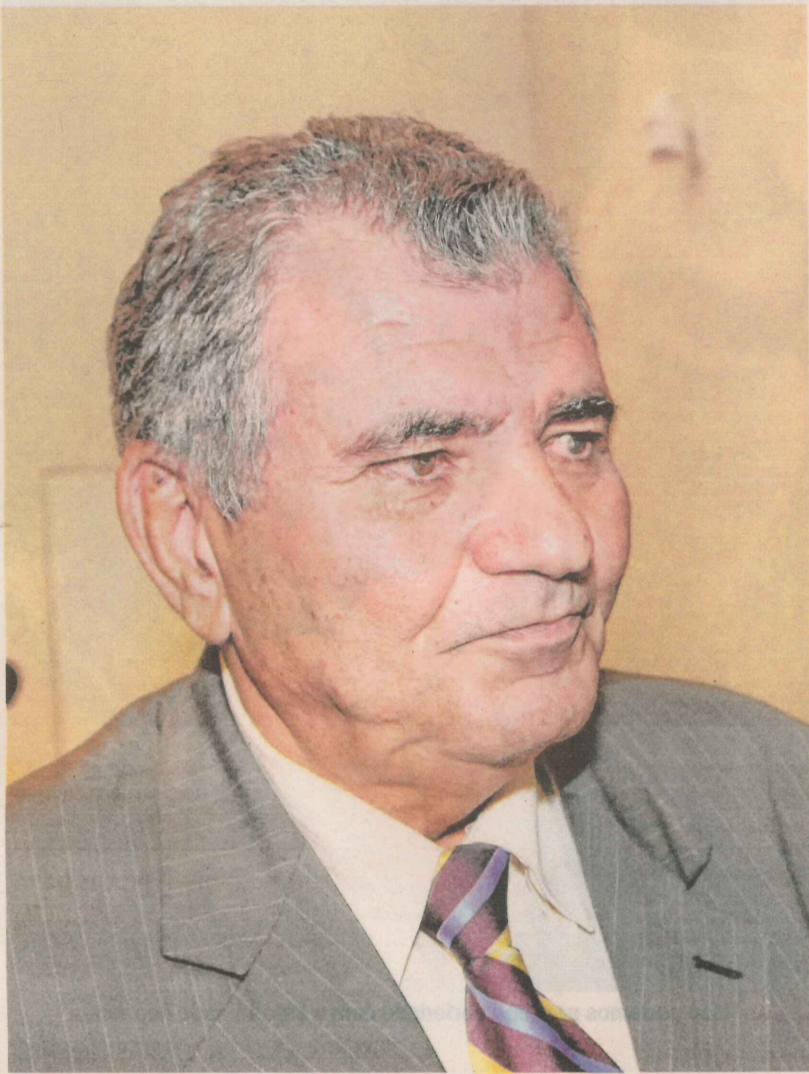
“Essa nova divisão pode quebrar algumas prefeituras. É uma decisão que não é favorável para ninguém”, disse o presidente da Associação dos Municípios do Espírito Santo (Amunes) e prefeito de Santa Teresa, Gilson Amaro (PMDB).

De acordo com dados divulgados ontem pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), caso a emenda do senador Pedro Simom (PMDB-RS) entre em vigor, a partir de 2011, Presidente Kennedy deixaria de receber R\$ 72,8 milhões anuais, passando a receber R\$ 761.500.

O prefeito da cidade, Reginaldo Quinta (PTB), informou, por meio de sua assessoria, que só irá comentar as mudanças depois que a mudança for definitiva.

Já o secretário de Finanças de São Mateus, Ronaldo Massucatti, conta que é com o dinheiro dos royalties que o município mantém investimentos e serviços.

“Esse dinheiro serve para manter a limpeza, fazer obras estruturantes, novas escolas e unidades de Saúde. Ficaria tudo prejudicado e perderíamos nossa capacidade de investimento. Além disso, teríamos que mandar um monte de gente embora”, ressaltou.



GILSON AMARO criticou a mudança: “Não é favorável para ninguém”

O QUE ESTÁ EM RISCO

Servidores podem ser demitidos

- > SERVIÇOS como o de limpeza urbana e poda de árvores
- > MANUTENÇÃO de vias
- > OBRAS de calçamento
- > OBRAS estruturantes
- > NOVAS escolas
- > UNIDADES de Saúde
- > EM ALGUNS municípios, apesar de a receita dos royalties de petróleo não

serem usadas para pagar servidores, ela é levada em consideração no cálculo das verbas destinada à folha de pagamento, o que poderia levar à demissão de alguns funcionários públicos.

- > COM A DEMISSÃO de servidores, a economia das pequenas cidades também seria afetada.

ANÁLISE

“Emenda Simon é desastrosa para o Espírito Santo”

“A Emenda Simon aprovada pelo Senado é desastrosa para o Espírito Santo! É demagógica e equivocada!”

A Constituição diz que os royalties são devidos aos estados e municípios produtores: representam a contrapartida pela extração de um bem não renovável. Pior ainda: a emenda redistribui não apenas a produção futura do pré-sal, mas também áreas já em produção, que constituem receita atual dos estados e municípios produtores.

Haverá redução da capacidade de investimentos e de oferta de serviços à população.

É importante ressaltar que os

equivocos e a demagogia estão na origem dos projetos encaminhados pelo presidente Lula ao Congresso.

A Lei do Petróleo foi fundamental para o desenvolvimento do setor no Brasil, sustentando o crescimento da Petrobras e as descobertas do pré-sal, além de atrair capitais privados.

Não havia razão para mudar um modelo bem-sucedido, a não ser motivações políticas. Já na proposta do governo havia uma “tungada” (trapaça) no dinheiro dos estados e municípios produtores, ao extinguir as Participações Especiais (50% da União e 50% dos estados e municí-

pios produtores), que hoje são mais importantes que os royalties na arrecadação, e centralizar os recursos na União sob a forma de partilha.

É lamentável assunto tão complexo e importante ser decidido em ano de eleições.

A receita do Estado hoje com royalties e participações especiais está na faixa de R\$ 500 milhões por ano. Se for confirmada as projeções da Petrobras, nos próximos três anos, essa receita vai ser superior a R\$ 1 bilhão por ano. Se esta emenda também for concretizada, o prejuízo do Espírito Santo pode ser na faixa de R\$ 1 bilhão.”

Guilherme Dias,
economista e
ex-secretário de Estado
do Desenvolvimento



Impactos da emenda

Veja como fica a distribuição dos royalties caso a Emenda Simom entre em vigor:

QUEM PODE PERDER

CIDADE	ATUALMENTE	NOVO MODELO	PREJUÍZO
Anchieta	R\$ 2.619.282	R\$ 1.263.724	R\$ 1.355.558
Aracruz	R\$ 12.447.664	R\$ 2.660.266	R\$ 9.787.398
Fundão	R\$ 3.230.641	R\$ 935.639	R\$ 2.295.002
Itapemirim	R\$ 12.286.101	R\$ 1.507.548	R\$ 10.778.554
Linhares	R\$ 30.385.640	R\$ 9.061.284	R\$ 21.324.356
Maratáizes	R\$ 4.370.671	R\$ 1.489.179	R\$ 2.881.492
Presidente Kennedy	R\$ 73.571.254	R\$ 761.552	R\$ 72.809.702
São Mateus	R\$ 14.837.911	R\$ 5.872.368	R\$ 8.965.543
Serra	R\$ 9.712.498	R\$ 5.725.995	R\$ 3.986.503

QUEM PODE GANHAR

CIDADE	ATUALMENTE	NOVO MODELO	GANHO
Afonso Cláudio	R\$ 592.736	R\$ 1.506.052	R\$ 913.315
Água Doce do Norte	R\$ 390.893	R\$ 753.834	R\$ 362.940
Água Branca	R\$ 371.586	R\$ 573.108	R\$ 201.522
Alegre	R\$ 569.635	R\$ 1.498.094	R\$ 928.459
Alfredo Chaves	R\$ 430.522	R\$ 941.559	R\$ 511.037
Alto Rio Novo	R\$ 344.838	R\$ 563.894	R\$ 219.057
Apiacá	R\$ 339.801	R\$ 562.159	R\$ 222.358
Atílio Vivacqua	R\$ 365.160	R\$ 570.895	R\$ 205.735
Baixo Guandu	R\$ 588.161	R\$ 1.325.865	R\$ 737.704
Barra de São Francisco	R\$ 678.882	R\$ 1.705.265	R\$ 1.026.382
Boa Esperança	R\$ 413.962	R\$ 757.244	R\$ 343.282
Bom Jesus do Norte	R\$ 342.754	R\$ 563.176	R\$ 220.423
Brejetuba	R\$ 424.416	R\$ 765.381	R\$ 340.965
Cachoeiro de Itapemirim	R\$ 1.478.373	R\$ 4.948.068	R\$ 3.469.696
Cariacica	R\$ 1.502.168	R\$ 4.956.265	R\$ 3.454.097
Castelo	R\$ 676.771	R\$ 1.530.463	R\$ 853.692
Colatina	R\$ 1.114.691	R\$ 3.073.909	R\$ 1.959.218
Conceição da Barra	R\$ 1.525.998	R\$ 2.598.733	R\$ 1.072.734
Conceição do Castelo	R\$ 425.458	R\$ 765.740	R\$ 340.282
Divino de São Lourenço	R\$ 338.238	R\$ 561.621	R\$ 223.383
Domingos Martins	R\$ 630.948	R\$ 1.519.215	R\$ 888.266
Dores do Rio Preto	R\$ 342.927	R\$ 563.236	R\$ 220.309
Ecoporanga	R\$ 587.356	R\$ 1.334.660	R\$ 747.304
Governador Lindenberg	R\$ 404.994	R\$ 763.227	R\$ 358.233
Guaçuí	R\$ 526.706	R\$ 1.309.232	R\$ 782.526
Guarapari	R\$ 860.408	R\$ 2.986.316	R\$ 2.125.909
Ibatiba	R\$ 481.204	R\$ 1.124.019	R\$ 642.816
Ibiraçu	R\$ 389.851	R\$ 753.475	R\$ 363.623
Ibitirama	R\$ 347.964	R\$ 564.971	R\$ 217.007
Iconha	R\$ 395.409	R\$ 755.389	R\$ 359.980
Irupi	R\$ 395.930	R\$ 755.569	R\$ 359.638
Itaguaçu	R\$ 432.086	R\$ 942.098	R\$ 510.012
Itarana	R\$ 389.678	R\$ 753.415	R\$ 363.737
Ituna	R\$ 547.202	R\$ 1.316.292	R\$ 769.090
Jaguaré	R\$ 5.297.694	R\$ 7.499.172	R\$ 2.201.478
Jerônimo Monteiro	R\$ 373.698	R\$ 747.910	R\$ 374.212
João Neiva	R\$ 447.860	R\$ 942.995	R\$ 495.135
Laranja da Terra	R\$ 394.541	R\$ 755.090	R\$ 360.549
Mantenópolis	R\$ 384.293	R\$ 751.560	R\$ 367.267
Marechal Floriano	R\$ 434.284	R\$ 764.244	R\$ 329.960
Marilândia	R\$ 405.657	R\$ 758.919	R\$ 353.262
Mimoso do Sul	R\$ 547.549	R\$ 1.316.412	R\$ 768.862
Montanha	R\$ 498.778	R\$ 1.134.609	R\$ 635.831
Mucuri	R\$ 356.301	R\$ 567.843	R\$ 211.542
Muniz Freire	R\$ 536.958	R\$ 1.143.225	R\$ 606.267
Muqui	R\$ 407.595	R\$ 933.661	R\$ 526.066
Nova Venécia	R\$ 740.049	R\$ 1.900.409	R\$ 1.160.360
Pancas	R\$ 498.399	R\$ 1.129.943	R\$ 631.544
Pedro Canário	R\$ 510.759	R\$ 1.308.275	R\$ 797.516
Pinheiro	R\$ 535.711	R\$ 1.138.259	R\$ 602.548
Piúma	R\$ 733.327	R\$ 1.112.293	R\$ 378.966
Ponto Belo	R\$ 349.701	R\$ 565.570	R\$ 215.868
Rio Bananal	R\$ 520.663	R\$ 1.142.148	R\$ 621.485
Rio Novo do Sul	R\$ 383.598	R\$ 751.321	R\$ 367.722
Santa Leopoldina	R\$ 419.347	R\$ 759.099	R\$ 339.752
Santa Maria de Jetibá	R\$ 686.182	R\$ 1.538.241	R\$ 852.059
Santa Teresa	R\$ 529.458	R\$ 1.136.105	R\$ 606.647
São Domingos do Norte	R\$ 378.881	R\$ 575.621	R\$ 196.740
São Gabriel da Palha	R\$ 601.188	R\$ 1.330.352	R\$ 729.165
São José do Calçado	R\$ 384.293	R\$ 751.560	R\$ 367.267
São Roque do Canaã	R\$ 392.109	R\$ 754.252	R\$ 362.143
Sooretama	R\$ 524.073	R\$ 1.134.250	R\$ 610.177
Vargem Alta	R\$ 489.746	R\$ 1.131.498	R\$ 641.752
Venda Nova do Imigrante	R\$ 563.112	R\$ 1.148.789	R\$ 585.678
Viana	R\$ 757.587	R\$ 2.075.989	R\$ 1.318.402
Vila Pavão	R\$ 370.544	R\$ 572.749	R\$ 202.205
Vila Valério	R\$ 472.034	R\$ 955.859	R\$ 483.824
Vila Velha	R\$ 4.490.822	R\$ 5.122.475	R\$ 631.653
Vitória	R\$ 7.860.830	R\$ 9.541.510	R\$ 1.680.680

FONTE: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS (CNM).

Economia

ROYALTIES DO PRÉ-SAL

“Quando há exagero, eu veto”, diz Lula

Para o Presidente, em ano eleitoral os parlamentares ficam pressionados a votar facilidades e benesses para a população

BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva comentou ontem a aprovação pelo Senado de emenda que distribui os royalties do pré-sal igualmente entre estados e municípios.

Lula não informou se vetará a decisão caso ela seja aprovada também na Câmara dos Deputados, mas disse que quando há exagero do Congresso, ele decide pelo veto.

Ele voltou a afirmar que em ano eleitoral os parlamentares ficam pressionados a votar facilidades e benesses.

“É um momento quase que atípico de votação, há quem diga que

não se deveria votar nada em ano eleitoral. De qualquer forma, acho que o Congresso contribuiu muito com meu governo, votou 99% das coisas quando queríamos que fosse votado. Quando há algum exagero, eu veto”, disse Lula.

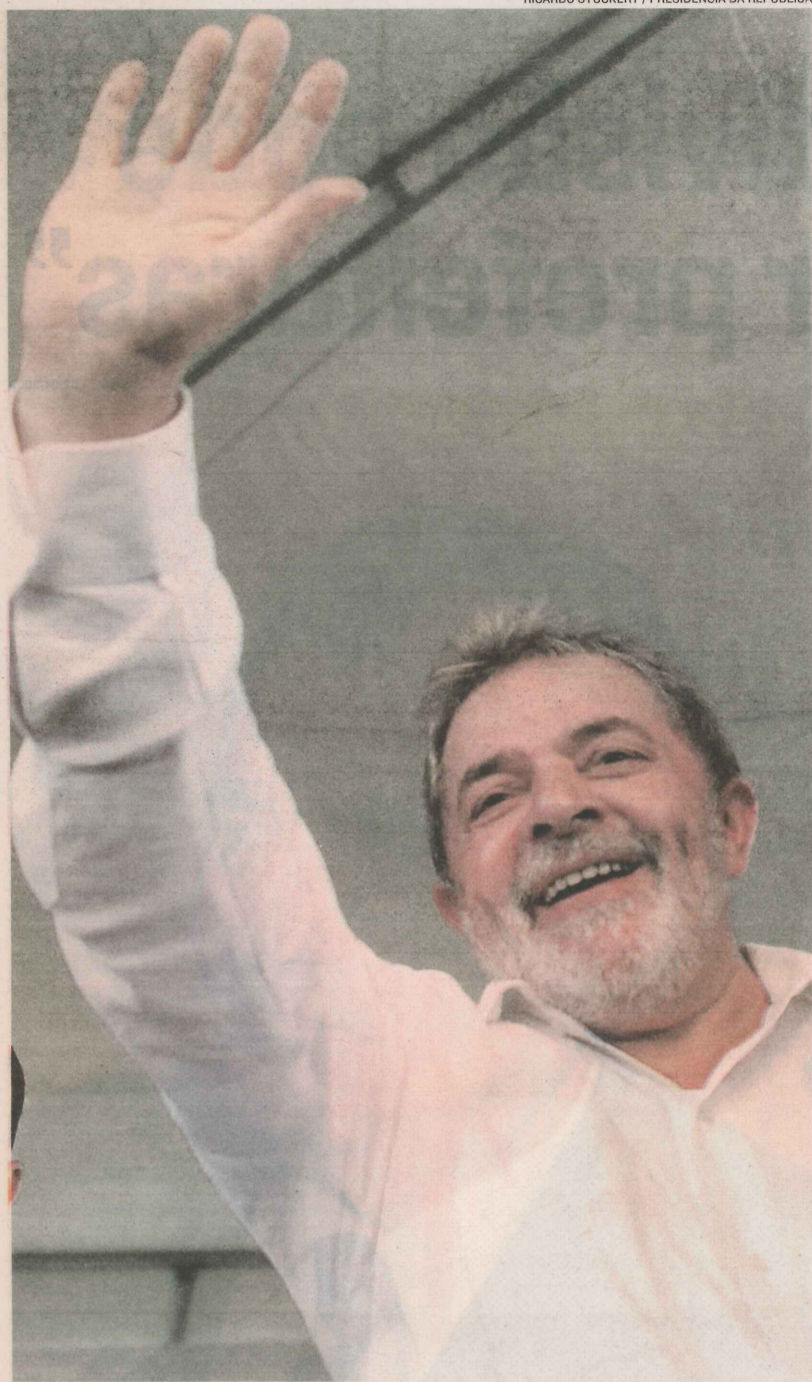
A declaração foi feita em Aracaju, no Sergipe, quando o Presidente foi questionado, em entrevista, sobre a aprovação da emenda.

Lula disse que, ao contrário do que muitos pensam, votar facilidades em ano eleitoral não ajuda.

Para ele, é preciso estar alerta de modo a não comprometer a estabilidade econômica do País.

“As pessoas muitas vezes pensam que votar facilidades, benesses, ajuda eleitoralmente e não ajuda, porque o povo brasileiro está compreendendo que o momento que o Brasil está vivendo é outro”, declarou.

“Eles sabem que nós poderemos fazer qualquer coisa, mas não podemos perder a seriedade com a estabilidade econômica, com o controle da inflação e o crescimento sustentado.”



LULA: “Não podemos perder a seriedade com a estabilidade econômica”

RICARDO STUCKERT / PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

FRASES

“O presidente Lula me garantiu que o que vale é o acordado há oito meses, que a mudança só valerá para as áreas a serem licitadas. É um absurdo, uma covardia com o Rio”

Sérgio Cabral, governador do Rio

“A modificação feita pela emenda desequilibra o jogo e promove uma brutal injustiça com os estados e municípios produtores”

Paulo Hartung, governador do Espírito Santo

“É o caos total no Rio. A maior agressão já sofrida por uma unidade da federação, pois o Rio perderá os royalties e a participação especial em campos já licitados”

Francisco Dornelles (PP-RJ), senador

“É tudo confuso e obscuro. Não se conhece o tamanho das perdas futuras, não se explica nada com essa emenda, não podemos aceitar”

Renato Casagrande (PSB-ES), senador

“Não cabe especular sobre as Olimpíadas agora. Nós vamos realizar as Olimpíadas de qualquer jeito, mesmo sem os royalties. Sobre isso, ninguém tem dúvida. Eu acho que não tem perigo de não termos uma 'senhora' Olimpíada”

Eduardo Paes, prefeito do Rio

“Fiquei decepcionado com uma pessoa com a ética do Pedro Simon. O que sempre esperei foi transparência. Aprovar às 2 horas da madrugada, sem respeitar um acordo, me surpreendeu”

Sérgio Cabral, governador do Rio

A polêmica da divisão

Royalties do Pré-Sal

REGIME DE EXPLORAÇÃO

1 COMO É HOJE

Hoje, funciona o modelo de concessão: empresas disputam livremente o direito de exploração de petróleo num processo licitatório comandado pelo governo, e vence a disputa quem oferecer o maior lance

2 COMO DEVE FICAR

Foi aprovada a partilha: o óleo extraído será dividido entre a União e as empresas vencedoras dos leilões. A Petrobras será a operadora de todos os blocos contratados, sendo-lhe assegurada participação mínima de 30% nos consórcios formados

ROYALTIES

Divisão atual

- > ESTADOS e municípios produtores **45%**
- > UNIÃO **40%**
- > TODOS os Estados e municípios **7,5%**
- > MUNICÍPIOS afetados** **7,5%**

* De áreas já em operação e a serem licitadas

** Municípios afetados por operações de embarque petrolífero

*** O cálculo levou em conta apenas a produção já em curso e os 28% das áreas de pré-sal licitadas pelo regime de concessão. Desconsiderou, portanto, os blocos do pré-sal que serão licitados pelo regime de partilha

Divisão proposta

- > UNIÃO **40%**
- > TODOS os Estados e municípios **52,5%**
- > MUNICÍPIOS afetados** **7,5%**

O que acontece agora

O projeto segue para a Câmara, que não pode incluir nada, apenas retirar itens na votação. Aprovado pelos deputados, irá para a sanção presidencial. Governistas apostam que Lula vai rejeitar a emenda e retomar a discussão só após as eleições.

FONTE: SENADO E ANP

Sérgio Cabral vai cortar reajuste de servidores

RIO

O governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, afirmou que tem o apoio do presidente Lula na questão dos royalties do pré-sal.

“Lula me garantiu que o que vale é o acordado entre mim e ele há cerca de 7 ou 8 meses”, disse o governador.

Devido à aprovação da emenda, Cabral afirmou que as mensagens de reajustes aos servidores do estado serão retiradas e só será mantida a de Segurança Pública. Cerca de 15 mensagens seriam enviadas.

“Peço a compreensão de todos os servidores públicos. Meu com-

promisso com todos os servidores é que após esse pesadelo a gente possa voltar a mandar as mensagens a partir de julho.”



CABRAL pediu compreensão

Prefeitos do Rio fazem reunião e vão ao Supremo

CAMPOS

A prefeita de Campos e presidente da Organização dos Municípios Produtores de Petróleo (Ompetro), Rosinha Garotinho, disse que hoje todos os prefeitos da entidade estarão reunidos, em Campos, para discutir uma posição extrema contra o projeto aprovado pelo Senado, que tira royalties do estado e dos municípios.

“A emenda é absurda porque retira de forma inconstitucional recursos dos municípios e estados produtores, ferindo o que determina a Constituição Federal. Não chegou a ser surpreendente a

aprovação, mas o que nos surpreende foi o fato de acontecer na calada da noite, quando não estava, sequer, na pauta do Senado”, comentou.

Segundo a prefeita, Campos perde, de uma só vez, 70% de seu orçamento, cerca de R\$ 1 bilhão.

“Os municípios produtores de petróleo vão falir. Não temos condições de honrar os compromissos assumidos. Fomos traídos, pois anunciou-se que o projeto seria votado depois das eleições. O caminho é recorrer ao Supremo Tribunal Federal”, disse o prefeito de Quissamã, Armando Carneiro (PMDB).



MARCELO ANDRADE - 28/04/2010

CASAGRANDE disse que o Senado deu "demonstração de desequilíbrio"

ROYALTIES DO PRÉ-SAL

Bancada diz que mudança é "covardia"

Deputados federais capixabas criticaram o clima eleitoral durante a votação da emenda que modifica distribuição de royalties

Fernando Mendes

Os membros da bancada federal capixaba classificaram a aprovação da Emenda Simon como "assalto" e "covardia". Isso porque ela modifica a distribuição dos royalties do petróleo, deixando de ser um repasse exclusivo dos estados e municípios produtores para ser algo destinado de forma igual para os que não são afetados com a produção. "O Senado ficou menor do que já estava. A Casa da Federação virou a Casa do assaltantes", disparou o senador Gerson Camata (PMDB).

Já o senador Renato Casagrande (PSB) criticou o ambiente eleitoral no qual a emenda foi votada.

"O ambiente eleitoral foi mais forte do que a racionalidade. O Senado deu uma demonstração de desequilíbrio e irracionalidade", argumentou o socialista.

Quem também classificou a votação como eleitoreira foi o senador Magno Malta (PR).

"Vejo com tristeza e com vergonha essa votação, por ver senadores que sempre respeitei fazendo discurso mentiroso para os estados deles. Foi uma votação eleitoreira. Uma covardia brutal com o Espírito Santo", criticou.

Coordenador da bancada, o deputado federal Camilo Cola (PMDB) disse que vai orientar seus colegas a tentarem voltar ao acordo fechado anteriormente.

Os deputados Luiz Paulo Vellozo Lucas (PSDB) e Carlos Manato (PDT) também criticaram a votação no Senado Federal.

"Caímos atirando"

"Votamos contra o regime de partilha, mesmo não sendo contra, buscando defender os nossos interesses. Votamos contra a emenda do Pedro Simon, fizemos muitos pronunciamentos, apelamos, conversamos com cada senador e caímos atirando.

O ambiente eleitoral foi mais forte que a racionalidade."

Renato Casagrande (PSB), senador

"Depois da eleição"

"Falta pouco para entrar na campanha eleitoral, depois tem a Copa, e vamos tentar obstruir as votações para jogar esse caso para depois da eleição. Se não conseguirmos, temos que contar com o Lula, que já falou sobre veto.

O terceiro caminho é o Supremo Tribunal Federal. Acredito que depois das eleições seja mais fácil."

Carlos Manato (PDT), deputado federal



OPINIÃO ECONÔMICA

RODOLFO LANDIM

Momento de decisão

Até 1997 a Petrobras deteve o monopólio estatal do petróleo e cabia unicamente a ela avaliar o potencial petrolífero dos 5,5 milhões de quilômetros quadrados das bacias sedimentares brasileiras, uma área de extensão quase continental.

Nesse período, a Petrobras fez um grande esforço para cumprir esse papel. No entanto, como a maior parte dos recursos dedicados à exploração do já apertado orçamento era direcionada para as áreas com os melhores resultados, muito pouco acabava restando para a exploração de novas fronteiras.

O resultado é que chegamos a 1997 com várias bacias sedimentares pouquíssimo exploradas.

A partir daí, com a criação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), iniciaram-se as rodadas de licitação anuais para oferta de blocos exploratórios, um trabalho técnico muito equilibrado e bem conduzido que vinha permitindo a atração de investimentos para o setor.

Porém, com a descoberta do pré-sal e o seu enorme potencial, tudo mudou. Áreas de grande potencial da 8ª rodada do leilão deixaram de ser homologadas, outras de águas profundas foram retiradas da 9ª rodada, apenas foram oferecidas áreas terrestres na 10ª rodada e a 11ª, prevista para o final do ano passado, nem ocorreu.

Nessa nova fase, a Petrobras trabalhou forte, fazendo uso do seu peso político por meio de sua influência técnica nas decisões do governo (três dos mais importantes ministros do País participam do seu Conselho de Administração) e da sua credibilidade no Congresso.

Com isso, ela conseguiu que nos projetos de lei em tramitação fosse a única empresa operadora do pré-sal, além de garantir no mínimo 30% de participação nessas áreas que são vistas como o filé mignon no Brasil.

A lógica é que a Petrobras venha trabalhando silenciosamente contra os leilões.

Primeiro porque hoje ela já luta com dificuldades para arregimentar recursos a fim de cumprir o programa exploratório das áreas que tem em mãos. Isso pode ser visto pelos diversos pedidos de prorrogações de prazos de exploração dessas áreas junto à ANP, fato que só se agravará com a futura operação de todas as áreas do pré-sal.

Adquirir novas áreas de menor potencial em futuros leilões só seria uma dor de cabeça a mais com menor retorno esperado.

O segundo ponto é que, mesmo não tendo interesse em novas áreas, é natural que a Petrobras

não queira dar espaço a concorrentes. Contudo, a ausência de leilões não será boa nem para a Petrobras nem para o Brasil.

Primeiro porque a exposição à "concorrência" até hoje só fez a empresa ficar mais forte. Adicionalmente, isso irá afastar novos investimentos de outras petroleiras, impedindo até que novas histórias de sucesso, como a da OGX, empresa criada com blocos da 9ª rodada e que já se encontra em forte operação, possam surgir.

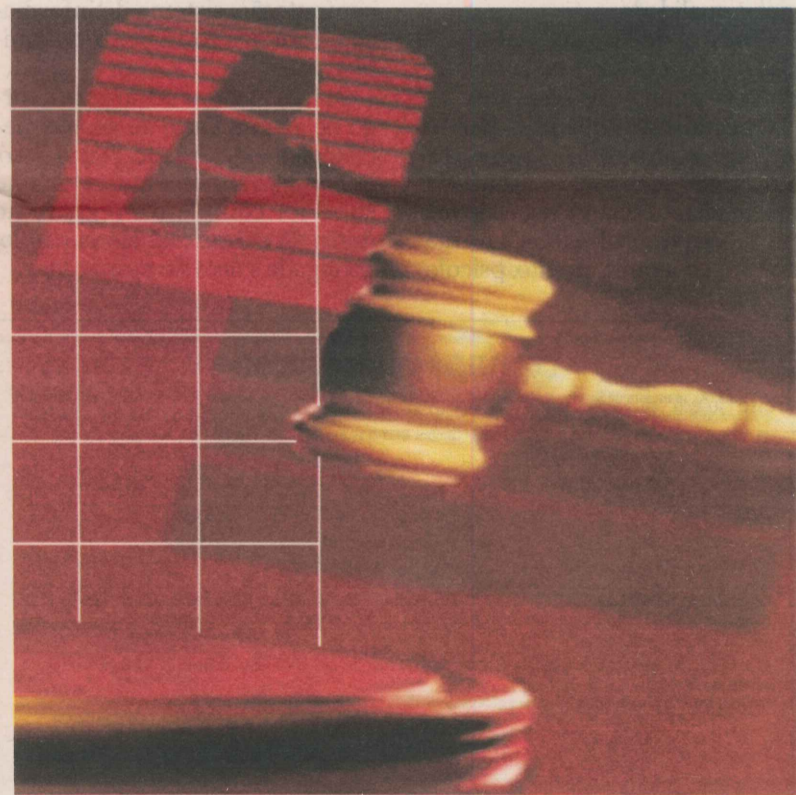
Por fim porque, sem leilões, toda uma indústria de prestação de serviços na área de exploração que florescia e hoje passa por sérias dificuldades será exterminada.

concorrência e a atração de investimento e no qual a Petrobras também tem assento) irá se reunir neste mês para acatar ou não as indicações da ANP.

Certa vez, quando trabalhava na Petrobras, ao chegar a uma reunião de trabalho com o presidente Lula, ele me cumprimentou e perguntou: "Como vai aquele seu país?"

A fina ironia envolvia não só as diferenciadas condições de trabalho e a tecnologia utilizada pela empresa mas certamente também a sua independência de atuação.

Os interesses da Petrobras são importantíssimos, mas chegou a hora de mostrar à sociedade se,



Chegou a hora de mostrar à sociedade se, aos olhos do CNPE e de Lula, o Brasil é ou não maior que a Petrobras

Na semana passada, o diretor-geral da ANP defendeu publicamente a necessidade de realização de novos leilões envolvendo centenas de blocos em terra e em águas rasas e profundas fora do pré-sal.

Além disso, informou que o CNPE (Conselho Nacional de Política Energética, órgão de assessoramento ao presidente da República que tem entre seus princípios a ampliação do mercado de trabalho, a promoção da livre

aos olhos do CNPE e em última análise do próprio presidente Lula, o Brasil é ou não maior do que a Petrobras.

Rodolfo Landim, 53 anos, engenheiro civil e de petróleo, é conselheiro da Smith International e da Wellstream. Trabalhou na Petrobras, onde, entre outras funções, foi diretor-gerente de Exploração e Produção e presidente da Petrobras Distribuidora.